

CADERNO DE REIVINDICAÇÕES DO SINTAP/AÇORES PARA 2017

Os Açores continuam a confronta-se com as gravosas consequências económicas, financeiras e sociais resultantes das políticas de austeridade que o País se viu forçado a adotar na sequência do Memorando de Entendimento que teve de assinar com a *Troika* (Comissão Europeia, BCE e FMI) a 3 de Maio de 2011 destinado a fazer face à situação de bancarrota financeira a que entretanto se chegara, consequências essas relativamente às quais os órgãos de governo próprio da Região não conseguiram até agora ultrapassar de uma forma bem sucedida.

Recorde-se que à bancarrota seguiu-se um programa austeridade que teve como consequência a uma drástica redução dos rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias, nomeadamente dos funcionários públicos, ao enorme aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, à diminuição do investimento público e privado e ao brutal crescimento do desemprego para níveis nunca dantes vistos, principalmente ao nível dos nossos jovens, fazendo disparar de novo o movimento emigratório dos nossos trabalhadores mais qualificados.

O ano transato, 2016, assistiu-se porém, a uma pequena recuperação dos rendimentos dos funcionários públicos, com a reposição dos rendimentos dos trabalhadores que auferem salários superiores a 1.500 € resultante do fim dos cortes salariais a eles impostos em 2011.

Por via da eliminação, para uns, e redução, para outros, da sobretaxa de IRS, procedeu-se também, por esta via, a uma recuperação parcial dos rendimentos dos trabalhadores.

Contudo, há a registar negativamente o aumento global da carga fiscal sobre toda a população por via do aumento dos impostos indiretos, que penaliza de sobremaneira os trabalhadores com mais baixos salários. Daí a necessidade urgente de agir no sentido do

abaixamento genérico da brutal carga fiscal existente no continente e nos Açores, onde os custos de insularidade continuam a penalizar os rendimentos do trabalho de quem cá vive.

O regresso às 35 horas semanais por via legislativa em 2016 é outro fator positivo a registar no âmbito da função pública em 2016.

No plano regional, contudo, não se assistiu à adoção de políticas regionais de recuperação de rendimentos do trabalho idênticas às seguidas no âmbito nacional em 2016.

Neste contexto, impõe-se-nos também continuar a reivindicar e lutar pela reposição e atualização dos salários e rendimentos dos trabalhadores públicos e das IPSS/Misericórdias na Região.

Face a esta realidade, e a outras realidades insulares, o SINTAP/Açores reivindica a atenção e consequente ação concertadas dos órgãos de governo próprio da Região, bem como das Uniões das IPSS/Misericórdias, para a seguinte agenda de preocupações sindicais:

1. REGULARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS REGIONAL E LOCAL – Reivindica-se, neste ponto, a integração na administração pública regional daqueles trabalhadores precários que se encontram a satisfazer necessidades permanentes dos serviços.

2. ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR/SUBSÍDIO DE INSULARIDADE – Renovamos a nossa proposta de aumento da Remuneração Complementar para 2017 superior a 10% atendendo que a mesma não é alvo de qualquer atualização desde 2012, fazendo-se assim justiça para com os trabalhadores das Administrações Públicas Regional e Local com níveis remuneratórios mais baixos.

3. ATUALIZAÇÃO SALARIAL PARA OS TRABALHADORES DAS IPSS/MISEDRIÓRDIAS – Mantemos aqui a nossa reivindicação quanto necessidade de se proceder em 2017 a aumentos salariais para os trabalhadores das IPSS/Misericórdias que atualizem e reponham o seu poder de compra entretanto perdido, bem como uma revisão dos últimos cinco níveis da tabela remuneratória mínima que foram completamente absorvidos pelo valor do salário mínimo praticado na Região.

4. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E REMUNERATÓRIA DOS TÉCNICOS SUPERIORES DAS IPSS/MISERICÓRDIAS – Continuamos a pugnar pela revalorização profissional e remuneratória da carreira técnica superior das IPSS/Misericórdias, reivindicando-se a integração na função pública daqueles técnicos que, apesar de possuírem um contrato individual de trabalho com as IPSS, na prática exercem funções públicas para o ISSA/Instituto de Segurança Social dos Açores.

5. FALTA DE PESSOAL AUXILIAR NAS ESCOLAS E SERVIÇOS DE SAÚDE – Reivindica-se aqui um levantamento urgente das carências de pessoal auxiliar nas escolas e unidades de saúde da Região e a consequente abertura de concursos para preenchimento dessas carências, defendendo-se concomitantemente a criação de carreiras especiais para este pessoal da educação e da saúde.

6. DEFESA DA MOBILIDADE INTERCARREIRAS COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – O Sintap/Açores calcula existirem cerca de uma centena trabalhadores na administração regional em condições de acederem às carreiras de assistente técnico e técnico superior em virtude de terem entretanto estudado e se esforçado para adquirir as habilitações necessárias para isso, pelo que entende ser da mais elementar justiça e medida de boa gestão que o Governo Regional, à semelhança do que fez o Governo da República no final do ano passado com cerca de 620 trabalhadores da segurança social nacional, faça uso e recurso à figura da mobilidade intercarreiras de modo a fazer jus a estas trabalhadores.

7. DESAGRAVAMENTO DA CARGA FISCAL REGIONAL – Desafiamos, neste ponto, o Governo Regional a concluir o processo de reposição integral do desagravamento fiscal que assegure o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores da Administração Pública e das IPSS/Misericórdias e seus agregados familiares.

8. FORMAÇÃO PROFISSIONAL – O SINTAP/Açores continua a reivindicar uma oferta formativa diversificada e de qualidade que permita aos trabalhadores acederem de forma regular, isto é anualmente, a ações de formação profissional, nomeadamente no âmbito específico da Administração Pública, tendo como objetivo a qualificação e o desempenho profissional dos trabalhadores, motivando-os e contribuindo-se assim para um aumento da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos.

9. AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE LEGISLAÇÃO DO TRABALHO PELA VIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA – O SINTAP/Açores reivindica o cumprimento integral da LTFP em matéria de participação sindical, exortando uma vez mais o Governo Regional a cumprir e respeitar os direitos constitucionais de participação e negociação coletiva prévia com os sindicatos sempre que estiverem em causa propostas de diploma regionais referentes ao estatuto profissional dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

10. SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO AOS TRABALHADORES DA RIAC – Defendemos a criação de um suplemento remuneratório para os trabalhadores da RIAC, nomeadamente nas Ilhas que possuam mais do que um concelho, como forma de compensar a mobilidade geográfica a que são sujeitos, entre concelhos, uma vez que estes profissionais não possuem um posto de trabalho fixo.

11. TRABALHADORES DAS CASAS DO POVO DA REGIÃO – Continuamos a insistir na necessidade de regularizar a situação profissional destes trabalhadores, defendendo-se a sua integração no estatuto profissional e remuneratório dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, esperando-se que durante este ano o Governo Regional tome uma posição resolutiva sobre esta matéria.

12. BOMBEIROS DA REGIÃO – O SINTAP/Açores apresentará no decorrer do ano de 2017 uma proposta concreta e objetiva de Acordo Coletivo de Trabalho para estes profissionais, assim como para todos os Bombeiros Voluntários ao serviço das várias Associações de Bombeiros da Região, com vista à substituição da atual PRT - Portaria Regulamentadora de Trabalho, garantindo-se assim outra estabilidade no desempenho de funções, assim como ao seu estatuto profissional remuneratório, bem como propor ao SRPCBA – Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, uma atualização imediata dos seguros de risco e exames médicos periódicos.

13. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO – O SINTAP/Açores continua a pugnar por melhores condições de higiene e segurança nos locais de trabalho, nomeadamente no pessoal assistente operacional, para que se possa evitar ainda mais acidentes de trabalho e doenças profissionais.

14. ABERTURA DO PROCESSO NEGOCIAL COM OS TRÊS HOSPITAIS (EPE) PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO PARA O PESSOAL COM CIT (contratos individuais de trabalho) – O SINTAP/Açores apresentará uma Proposta de ACT – Acordo Coletivo de Trabalho a cada um dos 3 Hospitais de Angra, Horta e Ponta Delgada, para os respetivos trabalhadores que, ao abrigo de contratos individuais de trabalho, desenvolvem funções correspondentes às das carreiras técnica superior, assistente técnico e assistente operacional (auxiliar de ação médica).

Estas preocupações e reivindicações, sem prejuízo de outras que o tempo e os trabalhadores nos vierem a apresentar ao longo do ano de 2017, constituem assim a base da nossa agenda de ação sindical para o corrente ano.

Açores, 3 de março de 2017

O Secretariado Coordenador Regional
do SINTAP/Açores